

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Acesso a justiça para comunidades

Autor(res)

Flávia Rodrigues Cantagalli
Gustavo Henrique Caitano De Souza
Marcos Paulo Andrade Bianchini
Gabriel Alexsander Barbosa Lana

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

É crucial garantir o acesso à justiça para comunidades marginalizadas, pois isso destaca as disparidades existentes no sistema legal, que frequentemente excluem grupos sociais vulneráveis do acesso igualitário à proteção legal e aos recursos judiciais. Essas pessoas sempre enfrentam uma série de obstáculos significativos ao buscar justiça, como discriminação, escassez de recursos financeiros, barreiras linguísticas, desconfiança no sistema judicial e falta de conhecimento sobre seus direitos. Garantir que esses obstáculos sejam superados é essencial para promover a igualdade perante a lei e garantir que todos tenham acesso justo e equitativo à justiça.

Objetivo

O acesso à justiça para comunidades marginalizadas tem como objetivo garantir que todos os membros da sociedade, independentemente de sua origem, status socioeconômico, etnia, gênero ou outras características, tenham a capacidade de buscar e obter justiça de maneira equitativa e eficaz.

Material e Métodos

Os materiais e métodos utilizados para esta pesquisa incluíram análise de fóruns online, consulta aos tribunais de justiça do estado de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro, revisão de vídeo aulas ministradas por especialistas em direito, revisão de artigos científicos, consulta aos sites dos governos estaduais, análise de artigos da constituição, sendo a pesquisa restrita à região sudeste do país. A linha de raciocínio adotada no processo dessa pesquisa foi indutiva, buscando extrair conclusões gerais a partir de observações específicas e dados concretos obtidos por meio dos materiais e métodos mencionados.

Resultados e Discussão

Garantir o acesso à justiça para comunidades marginalizadas é crucial para promover a igualdade e a justiça social. Abaixo estão algumas estratégias que podem ser adotadas para alcançar esse objetivo:

Iniciar programas de conscientização e educação legal nessas comunidades, visando informar os membros sobre seus direitos e os recursos disponíveis.

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Estabelecer serviços de assistência jurídica gratuita ou de baixo custo para oferecer orientação legal acessível.

Promover métodos alternativos de resolução de disputas, como mediação e arbitragem, que podem ser mais acessíveis, rápidos e menos adversariais do que os processos judiciais tradicionais.

Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso na promoção do acesso à justiça e garantir que as necessidades das comunidades marginalizadas sejam atendidas de forma eficaz.

Conclusão

Em última análise, garantir o acesso à justiça para comunidades marginalizadas não apenas fortalece o estado de direito e a proteção dos direitos humanos, mas também contribui para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e equitativas. É fundamental que governos, organizações da sociedade civil, instituições jurídicas, acadêmicos e a comunidade em geral se unam para implementar medidas eficazes que reduzam as disparidades no acesso à justiça.

Referências

https://cidhsite.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/05/ar_gt6_7.pdf

https://indexlaw.org/index.php/acessoajustica/article/download/444/pdf_1

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/democratizando-acesso-justica-2022-v2-01022022.pdf>

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/limitacoes-da-teoria-da-reserva-do-possivel/2009827152>

https://www.uces.br/site/midia/arquivos/JUSTICA_AMBIENTAL_EDUCS_EBOOK.pdf

<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/justica-social.htm>